

**Teresa de Jesus Peixoto Faria**

Doutora em Estudos Urbanos  
Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro. Brasil.  
teresa.uenf@gmail.com

**Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann**

Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais  
Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro. Brasil.  
oliveira.pohlmann@gmail.com

Artigo recebido em: 09/09/2016

Artigo publicado em: 15/12/2016

## REMOÇÃO, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA DA FAVELA NO QUADRO URBANO BRASILEIRO: O PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Removal, Resistance and Stay of the Slum (favela) on the Brazilian urban board: The Public Housing Program Morar Feliz, in Campos dos Goytacazes-RJ

Remoción, resistencia y permanencia de la favela en el cuadro urbano brasileño: el programa de vivienda Morar Feliz a Campos dos Goytacazes

### RESUMO

O presente artigo discute a prática de remoção relacionada à implantação dos programas habitacionais e de renovação urbana, no Brasil, e seus impactos sociais e espaciais, em particular do programa Morar Feliz da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Estudamos o processo de remoção na “favela” Goiabal, considerada área de risco, pois está assentada às margens do rio Paraíba do Sul. A maioria das construções foi demolida e seus moradores removidos para o conjunto habitacional Morar Feliz no bairro Novo Jockey. Algumas famílias resistiram e permanecem morando no local, justificando apego ao lugar, relação com o rio – muitos são pescadores – proximidade da família, do emprego. Consideramos que os movimentos de resistência podem ser inseridos na história geral das favelas, que sendo frutos do processo de urbanização desigual, integram a paisagem de quase todas as cidades brasileiras. Este artigo discute o Programa Morar Feliz e os movimentos de resistência na favela do Goiabal, a partir do relato daqueles que vivenciaram a remoção e resistiram a ela, enfatizando suas estratégias de apropriação e usos do espaço – tanto físico, como social – e seus reflexos na afirmação da identidade do grupo e do lugar onde habitam e, por conseguinte, da cidade.

**Palavras-Chave:** favela, política habitacional, remoção, injustiça socioespacial.

### RESUMEN

El presente artículo discute la práctica de desplazamientos relacionados con la implantación de los programas de viviendas públicas y de renovación urbana en Brasil y sus impactos sociales y espaciales, particularizados para el Programa municipal Mora Feliz (Vivir Feliz) del Ayuntamiento de Campos dos Goytacazes. Estudiamos el proceso de desalojamiento/expulsión en la favela llamada Goiabal, situada en una área de riesgo, pues están asentados en los márgenes del Río Paraíba do Sul, con el consiguiente riesgo de inundación. La gran mayoría de las construcciones, fueron demolidas y sus moradores fueron desalojados hasta un conjunto residencial Morar Feliz en el barrio Novo Jockey. Algunas familias resistieron e continuaron en sus viviendas por sus raíces y su relación con el Río Paraíba do Sul- ya que muchos son pescadores-, y por la proximidad con sus familias y por trabajo. Consideramos que los movimientos de resistencia pueden ser incluidos dentro de la historia general de las favelas, que siendo fruto de un proceso de urbanización desigual, integran el paisaje de casi todas las ciudades brasileñas. Este artículo discute el programa Morar Feliz y los movimientos de resistencia en la favela Goiabal, a partir de los relatos de aquellos que vivieron el desalojo y resistieron a ella, acentuando sus estrategias de apropiación y uso del espacio-tanto físico, como social- y sus reflejos en la afirmación de la identidad del grupo y del lugar donde habitan y por consiguiente, de la ciudad.

**Palabras Clave:** : Favela, política de viviendas públicas, desplazamientos, injusticia socio-espacial

## ABSTRACT

The present article discuss the practice of removal procedures related to the implement of the Public Housing Programs and urban renewal, in Brazil, and its social and spatial impacts, in particular the Morar Feliz Program, from Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. We study the process of removal on Goiabal “slum”, considered as a risk area, because is seated on the shore of Paraíba do Sul river. The most of the buildings was demolished and its habitants were removed to the Public Housing Morar Feliz in the Novo Jockey district. Some families resisted and keep on living at the place, justifying addiction to the place, relation with the river – many of them are fishermen – proximity to the family and to the job. We consider that the resistance movements can be inserted on the slums general historie, that being results of the segregating and inequal urbanization process, belongs to the landscape of almost all brazilian cities. This article discuss the Morar Feliz Program and the resistance movements on Goiabal “slum” from the report of those that experienced the removal and resisted to it, emphasizing their strategies of appropriation and uses of the space – both physical and social – and their reflections on Group Identity Affirmation and of the place where they live and, by consequence, of the city.

**Keywords:** Slum, Housing Policy, removal, sociospatial injustice

## Introdução

Na América Latina, em nome do progresso, da modernização e do acesso à “habitação digna”, populações foram apartadas de seus tecidos sociais e deportadas para as periferias urbanas, como demonstraram os trabalhos realizados por Oscar Lewis em San Juan de Puerto Rico; John F.C. Turner (1968) no Rio de Janeiro e Lima e Janice Perlman (1976) no Rio de Janeiro. Estes autores, citados por Delgado (2013), condenaram tanto o deslocamento forçado como o novo habitat periférico, homogêneo e antissocial produzido por política pública (DELGADILLO, 2013, pág. 6). As realidades dos processos de deslocamentos forçados ou de remoções, suas formas e motivos são distintos como apontam as publicações do CODHES<sup>1</sup> e da Ancop<sup>2</sup>.

Este artigo se propõe a contribuir com o debate e estudos sobre as remoção e erradicação de assentamentos precários e favelas<sup>3</sup>, derivadas de políticas públicas no Brasil e evidenciar a resistência das populações atingidas. Argumentamos que os movimentos de resistência podem ser inseridos na história geral das favelas, que sendo frutos do processo de produção desigual e injusta do espaço urbano, integram o quadro urbano brasileiro e conformam a paisagem de muitas cidades, como é o caso do Rio de Janeiro. Assim, consideramos que a resistência e permanência da favela nas grandes metrópoles e cidades médias brasileiras, contribuem para a construção da identidade das cidades latino-americanas.

O termo favela se refere, quase que especificamente, aos assentamentos precários da cidade do Rio de Janeiro, que em outras regiões brasileiras e demais países latino-americanos recebem diferentes denominações: Vilas, em Belo Horizonte; *Malocas*, em Porto Alegre; Mocambos em Recife; Alagados, em Salvador e Belém; Villas Miséria, em Buenos Aires; Quebradas, em Caracas; Barriadas, em Lima; Jacales, no México (Santos, 1982, apud Faria, 2015, pág. 211). Mas, todas elas, inclusive a designação oficial do IBGE, aglomerado subnormal estão longe de dar conta da complexidade de sua forma material, conteúdo social, diversidade e riqueza cultural. Contudo, o termo favela se tornou mundialmente conhecido e utilizado para traduzir os assentamentos informais e precários existentes em outros países. Por essa razão, neste artigo adotamos o termo favela.

As favelas, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, sempre foram tratadas enquanto problema pelos gestores públicos e pelas autoridades policiais e, portanto alvo de intervenções, ora para extirpar, ora para “urbanizar” (VALLADARES, 1979; 2005; BURGOS, 2006; SILVA, 2002; FARIA, 2015). Entre imagens negativas e positivas traduzidas por Alba Zaluar e Marcos Alvito, como “o lugar do lodo e da flor que nele nasce” (Zaluar; Alvito, 2006) e das políticas que delas decorrem, a favela resiste.

Este artigo discute a remoção e erradicação de favelas, em Campos dos Goytacazes, cidade média, situada na mesorregião Norte do Estado do Rio de

1 - *Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento.*

2 - *Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.*

3 - *O primeiro assentamento que deu origem ao termo favela e, por conseguinte, considerado como sendo a primeira favela, surgiu no morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro, cuja história está bem relatada em Valladares (1978), Zaluar e Alvito (1998), Preteceille e Valladares (2000) e Valladares (2005), dentre outros estudiosos do tema.*

4 - O Programa Morar Feliz, da Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes, foi lançado, no final de 2010, e deveria alcançar, ao final de 2016, período que compreende os dois mandatos da atual gestão municipal (2009-2012; 2013-2016), um total de 10.000 (dez mil) unidades habitacionais. As unidades unifamiliares são conhecidas popularmente como "casinhas da Rosinha" (nome da prefeita, Rosinha Garotinho) ou simplesmente "casinhas". Estas são concedidas segundo o que estabelece o Decreto Nº. 055/2011 (D.O.28.02.2011). No primeiro mandato da prefeita Rosinha Garotinho, foram construídas e entregues 5.426 moradias. No seu segundo mandato está prevista a construção das 4.574 restantes.

5- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) adotou, desde o Censo de 1991, o termo "aglomerado subnormal" para designar todos os "assentamentos irregulares" existentes no país conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. No Censo 2010, para a classificação de aglomerado subnormal, manteve o número mínimo de 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A Goiabal, desde então, não é contabilizada enquanto tal. Contudo, nas atividades de extensão e pesquisa que ali realizamos, desde 2004, sempre a tratamos, teórica e metodologicamente, assim como procedemos neste artigo, enquanto favela.

Janeiro, promovidas pelo programa local de habitação popular Morar Feliz (MF)<sup>4</sup>. O artigo resulta da pesquisa *Políticas Públicas e desigualdades socioespaciais: gestão para uma cidade justa?* Que contou com financiamento da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Tratamos, mais especificamente, da resistência dos moradores da "favela" Goiabal<sup>5</sup> em serem removidos para o conjunto habitacional do Morar Feliz, no bairro Novo Jockey.

O Programa Morar Feliz tem por objetivo "construir casas populares, garantindo moradia digna para a população pobre da cidade, principalmente às famílias ou indivíduos vivendo em áreas de risco ou de vulnerabilidade social". Os conjuntos habitacionais do MF são construídos na periferia da cidade, mas são dotados de infraestrutura de rede de esgoto, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação das vias e calçadas padronizadas com rampa e rota acessível, coleta regular de lixo e limpeza de ruas. As casas são geminadas e padronizadas, têm área edificada de 43,08 m<sup>2</sup>, em lote de 140 m<sup>2</sup>. Alguns, com o do Novo Jockey, possuem uma escola e uma creche modelo. Os primeiros impactos do Morar Feliz na estrutura espacial a cidade, na vida social dos moradores e os problemas de infraestrutura dos conjuntos foram estudados por Arruda (2014), Faria e Pohlmann (2013; 2014) e Azevedo, Timóteo e Arruda (2013).

A descentralização proposta pela Constituição de 1988 permitiu o retorno do poder local na implantação de políticas sociais. Nesse cenário, Campos dos Goytacazes realizou diversos programas habitacionais (DUARTE, 2008; OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA e PEDLOWSKI, 2012).

Desde 2007, com a implantação do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), o país assiste a retomada da construção em grande escala de conjuntos de habitação social do referido programa. Em plena efervescência do MCMV, o município de Campos dos Goytacazes optou por um programa próprio. Azevedo, Timóteo e Arruda (2013) argumentam que a escolha por manter um programa habitacional com recursos próprios daria à municipalidade, certa liberdade na direção de seu funcionamento.

Os projetos do MCMV devem seguir toda uma normativa de acompanhamento social através dos COTS (Cadernos de Orientação do Trabalho Técnico Federal)

e das diversas instruções determinadas pelo Ministério das Cidades, mas desconhecidas na implementação do Morar Feliz (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA, 2013)

A execução de um programa local com recursos próprios só foi possível devido à elevada arrecadação municipal advinda das rendas petrolíferas *royalties* e participações especiais, visto que o município está inserido na Bacia de Campos. Desse modo, o Programa Morar Feliz, entre 2009 e 2012, construiu e entregou 5.426 unidades habitacionais, totalmente financiadas com recursos próprios.

A favela Goiabal é uma antiga ocupação contígua à favela Matadouro, que embora sendo pouco citada na mídia, desconhecida do público em geral e não constando nos censos do IBGE como aglomerado subnormal, a consideramos como favela. Ela se insere no que designamos de Complexo Lapa-Parque Califórnia que compreende as favelas Inferno Verde, Patronato, Risca-Faca, Tira-Gosto, Siqueira e Silva (situadas no bairro Lapa); Matadouro e Goiabal (situadas no Parque Califórnia). Todas se localizam na margem direita do Rio Paraíba do Sul, estendendo-se, em direção à sua foz, do bairro Lapa ao bairro Parque Califórnia.

Em outubro de 2011, a PMCG iniciou a sua demolição seguida da remoção de seus moradores para o conjunto habitacional do Morar Feliz do bairro Novo Jockey. A remoção, embora com resistência de alguns moradores, ocorreu sem muita repercussão na mídia local.

Neste estudo, pretendemos como objetivo apreender as representações, as práticas cotidianas de uso e apropriação do espaço, tanto físico como social, a partir da observação participante e dos relatos daqueles que vivenciaram a remoção e a ela resistiram, e analisar e explicar como estas concorreram para a afirmação da identidade do grupo e do lugar onde habitam e, por conseguinte, da cidade. Não se trata de um resultado concluído, pois além da permanência dos atores que resistem, assiste-se, hoje, a um processo de reocupação das áreas demolidas.

## A Remoção como Política de Governo?

Neste item nos propomos a fazer um breve relato, mostrando os principais períodos e intervenções do poder público no sentido de problematizar, definir, reconhecer ou remover os assentamentos precários e favelas, e que finalmente acabam

por oficializar e legitimar a sua existência.

Os assentamentos precários, lugar de moradia dos pobres urbanos, desde o final do século XIX, estiveram no centro de críticas, debates e intervenções, relativos às questões de higiene, moral, arquitetônicas e urbanísticas. A ideia de perigo ou risco (epidêmico, social, violência) que representavam, constituía o fundamento das justificativas para sua erradicação. Continuando com os exemplos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, citamos as obras de modernização da cidade realizadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no início do século XX (BENCHIMOL, 1990). Pereira Passos construiu novos edifícios, rasgou novas avenidas, demoliu zonas inteiras e habitações coletivas como cortiços, estalagens, casa de cômodos, no centro da cidade, contribuindo para a proliferação de favelas nos morros, no entorno da área central.

Segundo informa Abreu (1994), a década de 1920 pode ser considerada como a década da afirmação definitiva das favelas na paisagem carioca. Nela, as favelas se multiplicaram e se adensaram. Taschner assume que as favelas surgiram com maior ênfase no Rio de Janeiro e não em São Paulo (2003, pág. 34).

Em 1937, as favelas são incluídas no Código de Obras do Distrito Federal, oficializando sua existência. O fato do Código de Obras estipular que as favelas deveriam ser extintas, vai legitimar a falta de investimentos públicos nestes espaços de forma que toda e qualquer intervenção pública será sempre de caráter provisório, explica Gonçalves (2006). Assim, as favelas continuavam carentes de serviços, ao mesmo tempo em que a população pobre tinha acesso limitado aos programas de habitação, pois além de ter que cumprir com várias exigências de ordem moral, tinha que estar empregada formalmente, a exemplo dos parques proletários, criados no governo de Getúlio Vargas (BURGOS, 1998, pág. 26-28).

O fato é que as favelas permaneceram no cenário carioca e foram institucionalizadas. Em 1953, o termo favela foi assumido pelo IBGE, como demonstra o documento (IBGE, 1953) *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*, no qual consta que 7,2% da população do Distrito Federal (169.305 pessoas) eram moradores de favelas (FARIA, 2015, pág. 216).

Entre 1950 e 1960, o número de habitantes das favelas nas metrópoles brasilei-

ras praticamente dobrou. O que confirma que para a população pobre urbana a favela fora a solução para manter a moradia perto da área de seus empregos, enquanto para o Estado, a favela era vista como uma área que crescia sem controle (RIBEIRO e LAGO, 1991).

Assim, no governo de Carlos de Lacerda (1960-1965), o Rio de Janeiro foi palco de uma política sistemática e violenta de remoção de favelas, em especial as que ocupavam as áreas de interesse imobiliário (zona sul), como se a cidade estivesse sendo curada de uma infestação e recuperando territórios que agora passariam a ser 'saudáveis' (BRUM, 2013). Um exemplo é a remoção da favela da praia do Pinto para o famoso conjunto habitacional Cidade de Deus, construído na periferia.

Nos anos 1970, a política de remoção e de segregação socioespacial imposta pela ditadura militar, nas metrópoles brasileiras, tomou proporções inéditas, sobretudo depois da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. Favelas eram erradicadas e os moradores (trabalhadores que podiam pagar) remanejados para seus conjuntos habitacionais construídos na zona norte. Enquanto a maioria pobre e desempregada se instalava em outras favelas consolidadas ou em terrenos vazios nas periferias longínquas.

Na virada da década de 1970 para 1980, o processo de redemocratização afastou o espectro da remoção, passando a ser algo mais raro no cenário da cidade. O Estado, em seus três níveis, e por partidos de distintas orientações que o ocupassem, adotou a urbanização de favelas como política. Mas a cada problema na cidade, cuja responsabilização era atribuída às favelas (como episódios de violência, por exemplo), o tema da remoção voltava à agenda com cada vez mais força.

Após a extinção do BNH (1986), assiste-se ao crescimento acelerado das favelas, pois a ação impiedosa da especulação imobiliária, que expulsa milhões de moradores pobres das cidades para as favelas consolidadas, loteamentos irregulares e terrenos vazios nas periferias, aliada à falta de uma política de habitação ou de urbanização desses espaços de relegação, contribuem para o seu crescimento.

Os números informados por Taschner (2003) confirmam esse processo de expansão das favelas, nas principais cidades brasileiras. De acordo com a autora, o Brasil encerrou o século XX, com

*6 - Referimo-nos à cidade do Rio de Janeiro não apenas porque até 1960 esta era a capital da República, mas também porque a cidade de Campos dos Goytacazes sempre se inspirou na capital, inclusive, os assentamentos precários são denominados favelas ou comunidades.*

**GEOGRAFARES** 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho - Dezembro, 2016  
Nº 22 - Volume 1  
ISSN 2175 -3709

3.905 favelas (aumento de 22,5% com relação ao Censo de 1991) concentradas principalmente nas grandes metrópoles. O estado com maior número de favelas, em 2000, foi São Paulo, com 1.548, seguido do Rio de Janeiro com 811 favelas. Abramo (2009) esclarece que o empobrecimento da população, os movimentos intrametropolitanos, aliados às dificuldades de acesso ao mercado imobiliário formal são outros fatores importantes relacionados ao crescente número de favelas entre 1991-2000.

Em recente pesquisa, Pasternak e d'Ottaviano (2016) constatam o grande crescimento desses assentamentos, no Brasil, na primeira década do século XXI, passando de 6,5 milhões para 11,4 milhões, e 88% desses domicílios estão concentrados, em 20 grandes cidades.

As remoções pareciam estar definitivamente eliminadas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente com o programa de urbanização favela-bairro implementado de 1994 a 2009 (BRUM, 2006). No que tange aos investimentos do setor público federal, figura o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Lançado em janeiro de 2007, o PAC previa diversos investimentos nos setores de transporte, energia, saneamento e recursos hidráulicos, além de abarcar programas na área de habitação e urbanização de favelas. Porém, muitas intervenções incluíram a remoção de determinadas favelas com a justificativa de risco ambiental ou para implantação de infraestrutura e equipamentos para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014, e as os Jogos Olímpicos de 2016), construção de muros para conter a expansão sobre áreas de proteção ambiental e de barreiras sonoras em vias expressas passando por favelas (FARIA, 2013).

As fortes chuvas de 2010, que causaram deslizamentos de morros, acarretando inúmeras mortes, ratificaram ainda mais as ações de remoção de favelas apoiadas no discurso do risco ambiental. Nesse contexto, o debate se limitou uma vez mais, em associar as favelas e seus habitantes aos problemas de poluição e degradação urbana. (GONÇALVES, 2012). Porém, o termo área de risco usado para definir locais sujeitos a acidentes como deslizamento de terra, passou a designar também áreas mais expostas à violência urbana. A instalação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) é um resultado dessa visão. Assim, a violência foi se tornando mais um forte argumento para justificar

as intervenções e remoção.

O tratamento dado pelo poder público às favelas, ao longo da história, evidencia as controvérsias e contradições das políticas públicas voltadas para as favelas, além de contribuir para reforçar a discriminação territorial, segregação espacial, breve, a injustiça socioespacial (MUSSET, 2010). Por outro lado, os conflitos e movimentos de resistência são proporcionalmente mais expressivos. Como exemplos de movimentos de resistência e permanência figuram o caso da Brasília Teimosa em Recife, Moinho em São Paulo e, na atualidade, o caso da Vila Autódromo, na cidade do Rio de Janeiro.

O processo de remoção de assentamentos precários e favelas, na cidade de Campos dos Goytacazes, passou a se evidenciar em 1999, tendo como primeira grande remoção a dos moradores da favela da Aldeia (2002), cujas moradias margeavam a beira do Rio Paraíba do Sul, para o conjunto habitacional Aldeia (NOGUEIRA, 2009). Em 2005, é feita a remoção das famílias da favela da Chatuba, localizada às margens do canal Campos-Macaé, nas proximidades da Avenida Arthur Bernardes, para o conjunto habitacional Oswaldo Gregório, conhecido popularmente como conjunto da Chatuba.

Outra remoção importante foi a das famílias que habitavam o prédio do antigo Matadouro Público, desde 1998, quando ali foram alojadas, provisoriamente, 10 (dez) famílias que moravam na favela Tira Gosto, e que tiveram suas casas ruínas por uma grande enchente ocorrida naquele ano. Ao longo dos anos o número de famílias aumentou, chegando a mais de 80 famílias, vivendo sem infraestrutura, em condições extremamente precárias (NOGUEIRA, 2006). Essas famílias foram removidas para o conjunto habitacional do Matadouro (conhecido popularmente como Portelinha), em dezembro de 2007 (MOTTA, 2012). As construções que ocupavam as ruínas do prédio do Matadouro foram completamente demolidas.

Porém, foi, a partir de 2010, que esse processo de remoção e erradicação de favelas se exacerbou, em razão do Programa Morar Feliz. As famílias removidas são realocadas nos conjuntos do dito Programa, situados, na maioria das vezes, nas áreas periféricas da cidade.

Desde que os primeiros conjuntos habitacionais do MF começaram a ser construídos e entregues, várias favelas e assentamentos precários sofreram erradicação



**Figura 1:** Malha Urbana de Campos dos Goytacazes e os conjuntos habitacionais do MF.  
Fonte: Google Maps. Elaboração: LEEA/CCH/UENF, 2011

ou parte de seus moradores foram removidos sob a alegação de risco. Em 2011, parte dos moradores da favela Goiabal, objeto deste artigo, foi removida para o conjunto MF no bairro Novo Jockey; em 2012, os moradores da Ilha do Cunha, na beira do rio Paraíba do Sul, no bairro Pecuaría, foram remanejados para o conjunto Morar Feliz do Parque Esplanada (FARIA e Pohlmann, 2014); no mesmo ano, os moradores da favela Margem da Linha (parte situada às margens da rodovia BR 101, entre o bairro Tapera e Ururá, que foi completamente demolida) para o conjunto Morar Feliz Tapera I; e no final do mesmo ano, a Favela Inferno Verde, na Lapa, foi completamente demolida, mas seus antigos moradores esperam (FALCÃO, 2015), até a data da conclusão deste artigo, o término da construção do conjunto habitacional, para serem realocados. Em 2015, a favela Margem da Linha do Rio foi parcialmente erradicada e seus moradores removidos para o conjunto habitacional do Morar Feliz, nas margens da rodovia BR101, nas proximidades de Ururá. Os moradores que resistiram, ali permanecem à espera de obterem o direito de habitarem o local definitivamente

### **Morar Feliz e favelas - Resistência versus Remoção**

Os Censos demográficos de 1991 e 2000 contabilizaram 32 favelas no município de Campos dos Goytacazes. Em-

bora, não tenha havido crescimento do número de favelas, neste período, de acordo com o Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense (OSRNF, 2001), houve um aumento no número de domicílios e de habitantes nas favelas existentes. Já os dados censitários, referentes ao Censo de 2010, contabilizaram uma redução do número favelas, que caiu de 32 para 27 favelas, contabilizando um total de 15.777 moradores em 4.595 domicílios.

Taschner alerta que a tipologia e tamanho das favelas dependem diretamente da topografia da cidade e do tipo dos terrenos disponíveis para invasão (TASCHNER, 2003, pág. 28). No caso de Campos, as favelas se localizam em áreas periféricas, ocupam majoritariamente áreas *non aedificandi*, apresentam uma tipologia linear, acompanhando às margens de rios, de rodovias, linhas ferroviárias e lagoas.

As explicações para a formação das favelas no município têm se apoiado no êxodo rural ocasionado pelo esvaziamento das atividades agrícolas e como fruto da escassez de emprego e moradia na região. Na busca de emprego, várias famílias procuraram a cidade, contudo, como não encontravam ocupação, muitos acabaram se somando à lista de trabalhadores informais e desempregados. A cidade foi configurando-se social e espacialmente de maneira desigual, refletindo a dualidade cidade formal e informal, centro e perife-

ria (FARIA, 2012).

A remoção surge, desaparece e ressurgue nas diversas discussões sobre a favela no espaço urbano ao longo do tempo. Paralelamente ao movimento de remover tem o movimento de resistir, pois nem todos que estão no alvo da remoção, seja por que motivo for, aceitam esse processo de pronto. O significado do verbo remover é transferir, limpar e percebemos que ao remover uma comunidade o poder público está realmente fazendo a transferência de um problema para outro lugar, a partir do momento, que seja para onde essa comunidade for instalada seus problemas não foram solucionados.

A remoção, ainda hoje, é encarada pelo Estado como uma das soluções para a questão habitacional das favelas. Entretanto, de acordo com Leal e Costa (2012) a remoção deveria ser uma opção somente para casos em que a melhoria das condições do espaço já ocupado não é possível.

O processo de remoção envolve muitas questões, que vão desde o enfrentamento entre o poder público municipal e os moradores da comunidade a ser removida, a partir da resistência a deixar suas casas, à perda da relação de vizinhança, à ruptura entre o homem e seu habitat, seus referenciais sociais, espaciais e simbólicos, seu sentido de lugar.

Em muitos casos, as remoções fazem com que os moradores percam o trabalho e o capital que investiram em suas residências, contribuindo para a fragmentação da comunidade e aumentando ainda mais a angústia fruto do deslocamento.

## A Resistência na Favela Goiabal

Temos notícias de que até 1958, esse local era ocupado por fazendas de cana de açúcar e gado que tinha o sistema de colonato. Devido às possíveis mudanças nas leis trabalhistas e sociais no espaço rural, criadas na gestão do presidente Getúlio Vargas, os proprietários dessas fazendas doaram para seus colonos exatamente a faixa de terra que ficava à beira do rio. A favela é contígua à favela Matadouro. Esta se originou do bairro Matadouro, habitado por trabalhadores do Matadouro Municipal, ali instalado em fins do século XIX. A desativação do prédio, a desocupação das casas, aliados ao abandono do bairro pelo poder público, a instalação do tráfico de drogas na vizinha favela Tira-

-Gosto, fizeram com que ganhasse o perfil de favela.

As construções da Goiabal estão assentadas entre à margem direita do Rio Paraíba do Sul e o antigo caminho de ferro Campos-São João da Barra (Leopoldina), hoje rua Dr. Adão Pereira Nunes, bem atrás da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Na parte mais adensada, imediatamente após o que se delimita como favela Matadouro, as casas eram dispostas linearmente, assim como os dois templos religiosos que ali existiam. Mais adiante, seguindo em direção à foz do rio, as construções vão se tornando mais esparsas. As casas possuem quintal, alguns moradores praticam atividade de pesca, e a paisagem tem um aspecto mais bucólico, possui inclusive um terreiro de umbanda e ainda mais adiante uma empresa de exploração de areia, um vazão e mais moradias.

Em outubro de 2011, a PMCG deu início ao processo de remoção das famílias que moravam na Goiabal para o conjunto habitacional Morar Feliz, no bairro Novo Jockey. A parte que foi removida foi justamente a mais adensada.

Segundo nos informaram os moradores que resistiram, Dona Dalila e Sr. Arol do e, principalmente Leonildo, um dos filhos do casal, o processo de remoção das famílias da Goiabal para aquele conjunto foi muito rápido e tumultuado. Os moradores, sob pressão dos agentes da prefeitura e com medo de ficarem sem casa alguma, agiam sem pensar.

Aqui a população era direto, era uma casa colada na outra. Muita gente, algumas pessoas sim, que realmente precisava concordo, mas a maioria saiu mais por pressão. Eles chegaram aqui um dia à tarde perguntando ao pessoal quem queria sair, que era obrigatório sair porque a prefeitura ia tirar, se não tirasse o Ministério Público ia tirar e tal. Quando foi no dia seguinte, amanheceu mais de vinte caminhão tirando o pessoal (Leonildo, em 30/3/2015)

Ainda de acordo com o Sr. Leonildo, a pressão exercida pelos agentes municipais foi tão forte que, ele julga, do mesmo modo que outros moradores que ouvimos em conversas informais, que alguns idosos que viviam na favela há mais de 30 anos, apresentaram problemas sérios de saúde, como foi o caso do seu pai.

Papai deu problema de infarto. Aí, teve que botar duas válvulas, foi logo assim depois que esse pessoal apareceu aqui, botando pressão pra sair, que tinha que sair, porque a prefeita Rosinha, na época, fez muita casa lá né? E não era para tirar o pessoal daqui era pra tirar



**Figura 2:** A Goiabal demolida, em novembro de 2011. Foto: Maria Alice Pohlmann (LEEA/CCH/UENF)

o pessoal de outra comunidade (...). (Leonildo, entrevista em 30/3/2015)

Outro dado importante que percebemos na entrevista com Leonildo, foi o fato de que, na maioria das vezes, o poder municipal já planeja os conjuntos habitacionais para atender moradores removidos de várias favelas, sem a mínima preocupação com essa mistura de favelas que têm rivalidade por conta do tráfico de drogas. Revelando um dos problemas que mais são levantados por moradores dos inúmeros conjuntos do MF que pesquisamos – falta de segurança – devido ao assentamento, no mesmo conjunto habitacional, de pessoas desconhecidas, oriundas de favelas rivais no que se refere ao tráfico de drogas. O que causa conflitos.

(...) É, misturou o pessoal todinho. Trouxeram pessoal da Ilha do Cunha, Baleeira, Tapera, Ururaí, vários outros lugares, foram misturando com o pessoal da Goiabal. Ela quer tirar o pessoal dos lugares e colocar onde bem entende e quer, e o pessoal não quer aceitar isso. Mas o pessoal não tá errado não. Acho que o pessoal tá certo. A senhora mora na sua casa tem sua vizinhança já sabe o local, sabe tudo, aí sai dali para um lugar não sabe pra onde, com quem a senhora vai morar do lado. Porque o que pega lá é isso, você não sabe quem vai ficar do seu lado, não sabe quem é seu vizinho. E as casas lá é assim; a senhora sai da casa aqui e dá de frente com o vizinho da casa aqui, é assim. (Leonildo, 30/3/2015)

Algumas famílias que habitavam a parte menos densa e bucólica da favela foram as que resistiram ao processo, alegando a relação de vizinhança, o tempo de moradia, muitos com mais de 30 anos. Moradores nos explicaram que não saíram por conta da atividade de pesca que praticam no rio Paraíba do Sul, como diz Dona Dalila:

Moro aqui, desde 21 de novembro de 1975, há 39 anos, aqui criei meus filhos, casei todos os meus 7filhos, mas hoje dois são falecidos. Dos cinco filhos, três continuam morando aqui, são meus vizinhos e dois aceitaram ir morar nas casinhas do Novo Jockey. (Dalila, entrevista em 30.09.2014).

Outra alegação para não sair do local, referia-se à qualidade da construção da casa onde moram ser superior a das casas oferecidas pelo governo municipal. Percebemos isso na fala do Leonildo.

Hoje em dia não é mais alvenaria, a casa, agora é pré-moldada. É um caixote. Eles fazem o caixote e chega reúne em cima e a casa tá pronta. Meu garoto falou que a cozinha é tão pequena que se botar o fogão num dá a geladeira, se botar a geladeira num dá o fogão. Duas ou três pessoas na cozinha, não dá pra ficar. A porta é acrílico a janela é de acrílico. O teto é baixo, a casa é quente. Eu acho que eles pensam que o ser humano é pior que animal, porque hoje em dia se você tem um animal você faz uma coisa boa que dê para o animal fica e já o ser humano não eles acham que podem jogar onde bem entender e quiser. (Leonildo, entrevista em 30/3/2015)

Outros fatores são apontados por

**GEOGRAFARES**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho - Dezembro, 2016  
Nº 22 - Volume 1  
ISSN 2175 -3709



Dona Zezé para não deixar sua casa na favela Goiabal para morar nas “casinhas” do Novo Jockey, além dos já mencionados por Dona Dalila e seu filho Leonildo, foram:

(...) aqui temos facilidade de transporte, temos duas escolas uma municipal e outra estadual, duas creches, além dos nossos empregos. Lá não tem isso e além do mais as casinhas não têm segurança a prefeita misturou as facções do tráfico de drogas. (entrevista em 17/2/2014)

A justificativa apresentada pelo poder público para a retirada dos moradores da favela Goiabal era a localização em área de risco, já que a mesma se assenta na beira do rio Paraíba do Sul. Mas alguns moradores combateram esse critério nos mostrando a base alta do alicerce de suas casas e afirmando que a água do rio não entra em período de enchente em suas casas, apenas o quintal é invadido pelas águas do rio. Inclusive o morador Silas, nos relatou que questionou a assistente social porque só ali é que era “área de risco” contrapondo com o local de residência da prefeita Rosinha Garotinho, na Lapa. Segundo nos relatou, o argumento dele foi o seguinte:

Se esta for à principal justificativa a prefeita tem que sair da casa dela, que está na rua Saturnino Braga cheia de saco de areia na entrada para impedir a entrada da água do rio. Ela também tem que ser removida.

No que se refere à relação com o lugar, com o ambiente, principalmente com o rio Paraíba do Sul e à prática da pesca, por exemplo, interrogamos se eram muitos os moradores que pescavam. O Leonildo nos respondeu com muito entusiasmo e saudosismo que:

Antigamente aqui, na beirada aqui, a maioria era pescador rapaz. Tem Robinho ali, tem seu Luiz que graças a Deus é vivo ainda também, pescou muito com meu pai. Os filhos dele são pescadores também, pesca também. Tem ali o meu primo que é irmão da minha madrastra essa aqui entendeu? Que também foram pescadores. Hoje em dia não estão pescando mais por que? Por causa do tempo né? Tem lá em baixo também, lá pra cima também tem muito pescador pra cima aí. Tem vários, vem... da turma vem de tradição né?

Enquanto falava, nos levou até a beira do rio e nos mostrou o irmão que estava num barco pequeno, tipo canoa, pescando. Era o período de meses de seca e o rio estava baixo e fétido, pois havia uma longa língua negra de esgoto, atribuída às Águas do Paraíba, cuja ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) foi instalada nas ruínas do prédio do antigo Matadouro Municipi-

pal. Então aproveitamos para perguntar o que o rio representava para ele. Imediatamente ele respondeu:

Ah é tudo! O rio o lugar aqui, acho que eu não me daria bem em outro lugar não. Aqui é uma tranquilidade danada, isso aqui é uma paz, não tem problema é como eu tava falando tem o tráfico ali, mas ninguém mexe com ninguém graças a deus, entendeu? Mexe se desrespeitar querer se meter na vida deles, mas cada um tem sua vida entendeu? Isso aqui é a natureza, muito bom. Tem o Paraíba aí riquíssimo, o rio é rico cara, em termos de peixe. Hoje em dia tá mais difícil apanhar o peixe, mas o Paraíba é rico o que mata é isso aí ó, ninguém vê esses esgotos brabo, essas indústrias acabando com tudo jogando produto químico no rio matando tudo, mas o governo não quer saber o governo só quer receber, fazer o bem estar mesmo para população não quer. (Leonildo, outubro de 2014)

Ouvimos relatos sobre a ocorrência de duas mortes de senhores de idade que não resistiram ver suas histórias de uma vida sendo demolidas por uma retro-escavadeira. Mas, 25 famílias disseram que não iriam sair de suas casas, tanto que observamos que têm casas marcadas para demolir e depois está escrito não demolir. Isso pelo grande apego que esses moradores que nasceram na Goiabal têm com o lugar, o que fica muito claro no relato de Leonildo.

É rapaz, porque você sente a diferença, quando você tá habituado num lugar e você chega em outro lugar, até você se habituar àquele lugar é difícil. (...) É que nem papai a vida de papai é isso aqui. Ele falou se saísse o pessoal todinho daqui ele morria. Na época aí ele ficou traumatizadíssimo. Ai nós falamos com ele, não ninguém vai sair não, ninguém vai deixar o senhor sair ai botamos peito e ficamos. Queriam interditar a casa do meu sobrinho, que não era pra construir, foi por isso que parou a obra aí. Agora que voltou a fazer de novo. (Leonildo, entrevista 30/3/2015).

O terreiro de umbanda, ali instalado desde 1997, também permaneceu, inclusive renovado, certamente pelo ambiente natural, árvores e o rio, no qual está inserido, muito importante para as práticas religiosas afro-brasileiras.

Mas mesmo com esse processo de remoção/demolição a favela Goiabal, a partir da segunda metade de 2013, iniciou o seu processo de reocupação, pois percebemos que a construção de 10.000 unidades habitacionais não responde ao déficit habitacional, pois sempre estará chegando novas famílias na cidade em busca de oportunidade ou há deficiência nos critérios de identificação e distribuição das moradias. Assim, perante à necessidade de morar, novas famílias passam a edificar de forma improvisada,

sobre os escombros deixados pelo poder público, e a viverem literalmente de forma informal fazendo ligação clandestina (“gato”) de luz e água, em condições precárias.

Em uma das entrevistas realizadas

com as pessoas que resistiram, o morador, Jorge nos informou que algumas famílias se estabeleceram nos escombros para tentar ganhar as casinhas da prefeitura, outras pessoas voltaram porque não se adaptaram nas casinhas, inclusive separando-se



**Figura 3:** Reocupação sobre o piso de uma demolição, em agosto de 2014. Fonte: Teresa Peixoto Faria. LEEA/CCH/UENF

da família. E há quem more nas “casinhas” e resolveu ganhar dinheiro, fazendo pequenos lotes na parte removida da Goiabal, vendendo para pessoas, como é o caso do Senhor Santos, demonstrada na foto abaixo.

Em um dos retornos para pesquisa de campo, no mês de março de 2015, encontramos Dona Zezé que nos confirmou que os loteamentos estavam parados, pois a fiscalização da prefeitura havia passado no local e destruiu as cercas existentes. “Eles



**Figura 4:** Loteamento, no início de 2014, na parte que foi removida da favela Goiabal em 2011. (Fonte: Pohlmann, arqv.LEEA/CCH/UENF)

queriam saber quem tinha feito, mas o silêncio falou mais alto”, disse ela. Dessa forma o Sr. Santos resolveu parar por um tempo com a venda de lotes no Goiabal desde a segunda metade do mês de dezembro de 2014, explica Dona Zezé.

No sentido de monitorarmos o pro-

cesso de remoção-reocupação e atualizar os dados para o presente artigo, retornamos mais uma vez ao campo, em abril de 2016. Constatamos, entretanto, que a reocupação continua em pleno vapor, pois o espaço estava com novas ocupações. As construções de material precário reutili-



**Figura 5:** Essa foto, de 2015, é do mesmo local da anterior (fig.3), note-se que não tem mais o barraco e os arames farpados não existem mais. A construção que aparece ao lado é uma das igrejas que funcionavam no local e se encontrava abandonada. Pohlmann/LEEA/CCH/UENF.

zado como – madeira, plástico, folhas de zinco, restos das construções. Inclusive a edificação que abrigava a Assembleia de Deus, foi dividida e está ocupada por várias famílias. Lembram as favelas do Rio de Janeiro, dos anos 40 e 50. O material utilizado é provisório, como talvez pretendam que seja a ocupação, uma forma de obterem uma das casas populares do Programa Morar Feliz. Desvelar esse atual quadro é uma dos objetivos da fase atual da pesquisa.

Até aqui, podemos afirmar que nesses mais de um século de favela, todo o empreendimento do poder público e do capital privado em erradicar, remover ou urbanizar ou dotar as favelas de símbolos modernos, como teleféricos para depois classificá-las de “ex-favelas”, a favela permanece. E do alto dos cerros e morros domina e modela a paisagem das principais cidades latino-americanas como Caracas, Medellín e Rio de Janeiro. E, enquanto não forem implementadas políticas que eliminem as desigualdades soioespaciais e ampliem o acesso à moradia, novas ocu-

pações e favelas “nascerão”, como bem anunciou o Globo, no caso da ocupação dos galpões e prédios desativados da Oi, antigamente da Telerj, em Engenho Novo, no Rio de Janeiro, imediatamente batizada de “favela da Telerj”, em matéria publicada em 04 de abril de 2014, intitulada: “A gênese de uma favela”. Ou resistirão como a Vila Autódromo, no Rio, Favela Margem da Linha e Goiabal, em Campos dos Goytacazes.

No presente artigo discutimos a prática de demolição/remoção atrelada à implantação dos Programas habitacionais e urbanísticos no Brasil, e seus impactos sociais e espaciais, a partir do estudo de caso do Programa Morar Feliz da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), em particular a remoção na favela do Goiabal e a resistência dos moradores em deixar o seu local de moradia, a partir do relato daqueles que vivenciaram a remoção e resistiram a ela, enfatizando suas relações e modos de apropriação do lugar onde habitam.

E, numa época em que predomina o



**Figura 6:** Ruína do templo da Assembleia de Deus, transformada em moradias, na reocupação da Goiabal.  
Foto: Teresa Peixoto Faria, em 13 de abril de 2016

empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005), onde se evidenciam processos de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) que redesenham o perfil das cidades e afetam as concepções de pertencimento, alteridade e identidade, os movimentos de resistência apoiados justamente nesses sentimentos de pertencimento, relações afetivas e de identidade com o lugar-território, são fundamentais na luta contra

as desigualdades e injustiças sociais e espaciais e pela garantia do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

Dessa forma, os movimentos de resistência podem ser inseridos na história geral das favelas, vindo, mais uma vez, reafirmar a favela como parte indissociável do quadro urbano brasileiro e, por conseguinte, da construção e afirmação da identidade das cidades.

## Referência Bibliográfica

ABRAMO, Pedro (org.) Favela e Mercado Informal; a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. 2009. Porto Alegre P.49-79, Coleção Habitare, vol.10,336 p.

ABREU, Maurício. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço e Debates, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 37, p.34-46, 1994.

ARRUDA, Ana Paula S. Nogueira. Política Habitacional e Direito à Cidade: A Experiência do Programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ. 2014. 273 p. Tese de Doutorado em Sociologia Política. CCH-UENF.

AZEVEDO, Sérgio, TIMÓTEO, Geraldo, ARRUDA, Ana Paula S.N. Habitação Social e Segregação Espacial: Implicações do Programa Municipal Morar, em Campos dos Goytacazes (RJ). In: 37º ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. 2013 p. 01-24

**GEOGRAFARES**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho - Dezembro, 2016  
Nº 22 - Volume 1  
ISSN 2175 -3709

BENCHIMOL, Jaime Larry Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. v.11, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca, 1990. 358 p.

OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Favelas / Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes : Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense, Boletim Técnico n. 05, agosto de 2001.

BRUM, Mário Sérgio Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 29. p 179-208, 2013.

\_\_\_\_\_. O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História Social, UFF Niterói.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs) Um Século de Favela. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas 1998. P 25-58.

DELGADILLO, Victor Desafios para El Estudio de Desplazamientos Sociales en los Procesos de Gentrificación. In: CONTESTEDS CITIES, 2015. Working Papers Series. Realidades de procesos de desplazamiento en América Latina, enero 2015, p.1-17.

FARIA, Teresa de Jesus P. Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil? 2012. P 1-14. In: III Congresso Internacional Poderes, territórios, identidades. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e (in) Justiça Socioespacial nas Favelas do Rio de Janeiro, no Contexto da Organização dos Mega-Eventos Esportivos. In. ENANPUR- XV, 203, Recife /PE, 2013. P. 1-20

\_\_\_\_\_. As representações de favela na América Latina: as favelas do Rio de Janeiro no quadro das intervenções urbanas para a realização dos mega-eventos esportivos de 2014 e 2016. In: SEHTMAN, Alejandro; ZENTENO, Elizabeth (Orgs). Continuidades, rupturas y emergências. Las desigualdades urbanas en América Latina. México DF, UNAM, 342 p. 2015, p. 209-226.

GONÇALVES, Rafael Soares A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937. In IX SHCU, São Paulo, 2006, p. 1-26

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1162>. Consulta em: 30 juho2016.

HAESBAERT, Rogerio O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. 2004. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume. 2ª ed. 2006. 252 p.

LEAL, Giuliana F; COSTA, Rafael N. Sentidos da moradia e do “bairro”: estudo de caso de uma comunidade face à possibilidade de remoção. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes, v.6 n.1, jan./jun, p. 43-56, 2012.

MUSSET, Alain (Org.). Ciudad, Sociedad, Justicia. Un enfoque espacial y cultural.. Mar del Plata: EUDEM, 2010, 489.

NOGUEIRA, Ana Paula. A Expansão Domiciliar na Favela do Matadouro: Análise das Condições Locais e das Características Socioeconomicas dos Moradores no Entorno das Ruínas do Prédio do Matadouro Público. 2006. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. CCH-UENF. 79p

\_\_\_\_\_. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. 2009. Dissertação de Mestrado – PPGPS. CCH-UENF. 152 f.

PASTERNAK, Suzana e D’OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010, Cadernos Metrópole, V. 18, Nº 35. p. 85-101, 2016.

Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net>. Consulta 30 junho 2016.

LEFÈBVRE, Henry. O Direito à Cidade. Ed. Centauro. São Paulo. 5ª Ed. 2001. 143 p.

PÓVOA, Fabiana M. A Municipalização da Política de Habitação Popular em Cam-

pos dos Goytacazes (1989-2001). 2002. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, Universidade Estadual do Norte Fluminense.

RIBEIRO, Luis Cesar.Q & LAGO, Luciana C do. Transformação das Metrôpoles Brasileiras: algumas hipóteses de pesquisas. 1991 In XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

SALINAS, Arreortua, Luis Alberto. Gentrificación en la ciudad latinoamericana. El caso de Buenos Aires y Ciudad de México. 2013. vol. 4, nº 44, p. 283- 307. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante.

SILVA, Luiz Antonio Machado da Silva. A Continuidade do Problema Favela. 2002. 296p. p.220-237 In: OLIVEIRA, Lucia Lipp, (org) Cidade: História e Desafios. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro

SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. (2014). Políticas Públicas, Moradia Popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma Análise Acerca da Favela Margem da Linha. Libertas, v. 14, n. 1. Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2858> Acesso em: 02 abr. 2015.

TASCHNER, Suzana P. O Brasil e Suas Favelas. 2003 p.13-42 In A Cidade da Informalidade: O desafio das cidades latino-americanas. Abramo, Pedro (org), Sette Letras, Rio de Janeiro.

VALLADARES, Lícia Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1979

\_\_\_\_\_. A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2005. 204 p.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs). Um Século de Favelas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 372 p.